

Resenha de McGinn, Marie (2009). *Elucidating the Tractatus – Wittgenstein’s Early Philosophy of Logic and Language*. Oxford University Press: New York.

Fernando Spósito Yokoyama*

UNICAMP

Em seu livro *Elucidating the Tractatus*¹, Marie McGinn tem como principal objetivo apresentar e defender uma interpretação das teses acerca da relação entre linguagem e realidade desenvolvidas no *Tractatus Logico-Philosophicus* de Ludwig Wittgenstein. Ela denomina sua interpretação de “anti-metafísica” e a situa entre duas leituras extremas e opostas presentes na literatura secundária. Uma delas, que a autora chama de *realista*, é defendida por David Pears, Max Black e G.E.M. Anscombe, entre outros, e constitui a leitura mais tradicional da obra. A segunda foi desenvolvida por intérpretes como Cora Diamond e James Conant, que rejeitaram a interpretação realista inaugurando a que ficou assim conhecida como a leitura *resoluta* do *Tractatus*. McGinn associa a leitura anti-metafísica que ela defende a intérpretes como Hidé Ishiguro, Brian McGuinness, Rush Rhees, e Peter Winch, não pleiteando para si originalidade em muitas das ideias que apresenta, embora desenvolva essa abordagem interpretativa de uma maneira mais detalhada do que fizeram esses outros autores, sendo esse, portanto, um dos principais méritos de seu livro.

McGinn trata também de alguns temas que não se relacionam tão diretamente à polêmica mencionada acima. Por exemplo, ela traça um panorama do contexto filosófico no qual Wittgenstein estava situado quando iniciou suas investigações que culminaram no *Tractatus*. Deste modo, a autora procura explicitar as principais dificuldades que ele identificou nas obras de Frege e Russell, indicando assim os problemas que o motivaram em suas investigações iniciais. Outros temas que não dizem respeito propriamente ao que há de distintivo

*O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil.

¹ McGINN, Marie - *Elucidating the Tractatus: Wittgenstein’s Early Philosophy of Logic and Language*. Oxford: Clarendon Press, 2006.

em sua interpretação anti-metafísica da obra compreendem o tratamento que o *Tractatus* dá às proposições moleculares e à natureza da inferência lógica. Uma vez que sua abordagem desses assuntos não difere de uma maneira decisiva do que já foi exaustivamente trabalhado por outros intérpretes, não me ocuparei aqui com o que McGinn tem a dizer sobre eles. Meu foco está dirigido, sobretudo, aos aspectos essenciais da leitura anti-metafísica, tema que ocupa a autora na maior parte do seu livro. Ao final, pretendo apontar os méritos dessa sua interpretação bem como examinar alguns aspectos dessa leitura que, penso eu, são problemáticos ou não receberam atenção suficiente.

Como foi dito acima, McGinn situa sua leitura entre duas linhas interpretativas extremas e opostas: as leituras realista e resoluto. Os partidários da leitura realista sustentam que, segundo o *Tractatus*, nossa capacidade de representar a realidade por meio da linguagem estaria fundada em relações diretas entre nomes e objetos, que são, ambos, elementos simples e indefiníveis de seus respectivos domínios. O que caracteriza essa interpretação é a ideia de que tais objetos devem ser entendidos como constituindo um domínio anterior e independente da linguagem. Eles afirmam, assim, que, a partir de uma investigação lógica sobre a natureza essencial da linguagem, Wittgenstein teria deduzido teses ontológicas acerca de aspectos essenciais da realidade, concebida como algo independente de nossos meios de representá-la.

Essa linha interpretativa foi rejeitada por autores como Cora Diamond e James Conant. Estes últimos dão ênfase ao caráter anti-teórico e ao status de contra-senso (*unsinnig*) que o próprio Wittgenstein atribuiu à sua filosofia e aos aforismos do *Tractatus*, respectivamente. De acordo com a leitura *resoluta* que eles sustentam, devemos entender as passagens em que Wittgenstein parece estar enunciando teses metafísicas acerca da relação entre linguagem e realidade como parte de uma tarefa exclusivamente *terapêutica*: quando, no final do livro, ele reconhece seus aforismos como contra-sensos, entendemos que seu verdadeiro e único objetivo foi mostrar a impossibilidade de qualquer tentativa de enunciar teses acerca do funcionamento da linguagem, bem como de sua relação com a realidade. Seríamos então deixados sem qualquer conhecimento positivo acerca da

natureza da linguagem ou realidade. Desse modo, esses intérpretes procuram fazer justiça ao caráter anti-teórico que Wittgenstein atribui à sua filosofia, como quando afirma, em 4.112, que filosofia não é uma teoria e que seu resultado não são “proposições filosóficas”. A interpretação que McGinn desenvolve no seu livro aparece como uma alternativa a essas duas leituras extremas, que ela considera insatisfatórias.

Ao situar sua leitura como ocupando uma posição intermediária entre essas duas interpretações extremas, McGinn procura combinar certas ideias de cada uma, que ela julga adequadas. Assim como os partidários da leitura *resoluta*, ela procura desenvolver uma interpretação compatível com as passagens em que Wittgenstein afirma que a filosofia não consiste em um corpo teórico de teses substanciais. Ela observa a seguir (p.13) que, já nas ‘Notes on logic’ (texto anterior ao *Tractatus*) Wittgenstein afirmara que a filosofia é puramente *descritiva*. Segundo McGinn, o que ele estaria excluindo é a presença, na filosofia, de hipóteses acerca da natureza da relação entre linguagem e mundo, concebidos como domínios independentes entre si. Os resultados da filosofia devem ser alcançados por uma investigação *interna* à linguagem, uma vez que é apenas o *uso* das expressões em proposições com sentido que pode revelar a essência do sentido proposicional. Para a autora, esse seria o teor da afirmação de Wittgenstein, em 4.112, de que uma obra filosófica consiste essencialmente de “elucidações”: “The force of the claim that philosophy is ‘purely descriptive’ is to be understood, in part at least, as a call to allow *language itself* to reveal how it functions” (p. 20; meu grifo). A principal consequência que ela extrai disso é a recusa da ideia, partilhada pelos intérpretes realistas, de que as investigações lógicas do *Tractatus* tenham levado à inferência de teses ontológicas acerca de uma realidade independente.

Porém, ao contrário do que propõe a leitura *resoluta*, McGinn afirma que a tarefa puramente elucidativa e descritiva da filosofia, da maneira como é executada no *Tractatus*, leva a descobertas *positivas* acerca do funcionamento da linguagem. Para ela, assim como para os intérpretes realistas, os aforismos da obra não devem ser tomados como absurdos vazios a serem completamente descartados no final do livro. Antes, eles transmitem um conhecimento genuíno acerca de como a

linguagem simboliza, ainda que esse conhecimento tenha sido obtido através de um exame exclusivamente interno à ela.

Por sustentar que o *Tractatus* nos oferece, afinal, um conhecimento positivo acerca do funcionamento da linguagem, McGinn incorpora à sua interpretação alguns aspectos importantes que também estão presentes na leitura realista que ela ataca. Por exemplo, ela admite que, segundo o *Tractatus*, se uma proposição qualquer é capaz de expressar um sentido, então sua análise completa deve necessariamente poder atingir um nível formado por proposições elementares, compostas de nomes simples e indefiníveis (p. 109-113). Para ela, assim como na leitura realista, a razão disso decorre da demanda tractariana de que o sentido de uma proposição não pode depender de nada contingente, ou seja, do valor de verdade de outra proposição. Wittgenstein teria postulado, então, que deve haver nomes que significam objetos simples e que, portanto, nunca podem falhar em ter significado, de modo que o sentido das proposições em que eles ocorrem passa a não depender mais de algo contingente. O que há de distintivo na interpretação de McGinn é que, segundo ela, essa é uma investigação que jamais ultrapassa os limites da linguagem. As teses apresentadas no *Tractatus* diriam respeito exclusivamente ao que está pressuposto em nossa posse de um sistema de representação por meio do qual construímos proposições com sentido. McGinn diz:

Wittgenstein is not attempting to deduce something about reality that lies outside language, but is attempting to clarify the logical order that is essential to any system in which possible states of affairs are represented (p. 100).

Enquanto para a leitura realista, a necessidade de nomes indefiníveis teria levado Wittgenstein a incorporar ao seu sistema teses ontológicas que dizem respeito a uma realidade anterior e independente da linguagem, McGinn, ao contrário, afirma: “We are not being directed to an order that is there independently of language, but to the order that is essential to *the depiction of states of affairs*” (p. 100; meu grifo).

Esse modo de conceber a natureza das teses tractarianas leva a um entendimento particular da teoria afigurativa do sentido da proposição,

apresentada no *Tractatus*, que afirma que uma proposição pode expressar um sentido por ser uma *figuração* do estado de coisas que ela enuncia. Segundo uma leitura realista, o contato entre uma proposição e o estado de coisas que ela afigura se realiza por meio de ligações *diretas* e *externas* entre nomes e objetos. Seria por meio dessas ligações que a proposição se conectaria ao estado de coisas afigurado, tomado como algo externo e absolutamente independente da linguagem. Por outro lado, para McGinn, uma consequência de conceber as investigações tractarianas como restritas a um domínio *interno* a linguagem é exatamente a recusa de que se possa postular ligações externas desse tipo: “There is, on the interpretation to be developed here, no attempt in the *Tractatus* to get outside language and explain how it hooks up with the world” (p. 79).

Com isso, McGinn pretende fazer justiça ao chamado “princípio do contexto”, segundo o qual um nome só tem significado no contexto de uma proposição, ao qual Wittgenstein adere explicitamente no aforismo 3.3. Para McGinn, ao afirmar isso Wittgenstein estaria recusando que o significado de um nome possa ser explicado por ligações diretas com objetos que se dariam independentemente do *uso* desse nome em contextos proposicionais. O que confere significado aos nomes e, por conseguinte, sentido à proposição, é o *uso* deste nome em figurações que podem ser comparadas com a realidade a fim de se decidir sua verdade ou falsidade. Isso, insiste McGinn, é algo que se dá *internamente* à linguagem. O emprego de uma determinada expressão pressupõe o domínio das “regras de projeção” (pp. 79-85), cuja aplicação a sinais proposicionais (ex: sons e traços no papel) mostra *qual* estado de coisas a proposição está afigurando. Tais regras dizem respeito apenas ao sistema de representação enquanto tal: não estão fundadas em um domínio independente de objetos com os quais a linguagem manteria uma relação externa. Antes, é a identidade do objeto ao qual um nome se refere que depende totalmente do *uso* desse nome segundo regras de projeção que são explicitadas através de uma investigação exclusivamente interna à linguagem. Diz McGinn:

The object for which a name stands is not something that exists over and against language, but is what we grasp when we grasp the meaning of a name, that is when we grasp the contribution that a name makes to determining the sense of a class of propositions (p. 114).

Esse aspecto de sua leitura é reafirmado quando ela diz que é o *sentido* da proposição que a conecta com a realidade, e não conexões individuais entre nomes e objetos: “It is the possibility of comparing a picture with reality for correctness or incorrectness that constitutes a picture’s connection with reality. It is, in other words, the sense of the picture that connects it with reality (...)” (p. 89). A conexão da proposição com a realidade decorre do fato de que seu valor de verdade depende de que algo seja ou não o caso no mundo. Vemos assim que, apesar de McGinn recusar que os objetos do *Tractatus* constituam um domínio independente, ela não nega que, segundo o *Tractatus*, deva haver um tal domínio independente da linguagem, mas apenas na medida em que esse domínio é capaz de determinar o valor de verdade das proposições: “The subject [isto é, o usuário da linguagem] does not create the world: which states of affairs exist or do not exist is independent of the subject, and established only a posteriori” (p. 273).

Ao admitir, porém, uma realidade independente que verifica ou falsifica proposições, McGinn não pretende comprometer sua leitura com teses ontológicas. Estas últimas surgem quando se afirma, como em uma leitura realista, que esse domínio independente possui a mesma “forma lógica” que as proposições que ele verifica ou falsifica, ou, mais ainda, quando se afirma que tal domínio *impõe* essa sua forma à linguagem. Nesse sentido, todas as propriedades essenciais da linguagem enunciadas no *Tractatus* pertenceriam à linguagem apenas na medida em que esta, para poder representar, “duplica” as propriedades essenciais da realidade representada. Ao afirmar que as investigações do *Tractatus* dizem respeito apenas ao que é essencial ao nosso sistema de representação enquanto tal, McGinn pretende recusar esse modelo realista. Para ela, não é a realidade, concebida como algo independente, que impõe sua forma à linguagem, mas, antes, é a estrutura essencial da linguagem que determina a forma do mundo nela

representado: “We can think of this logical order as what language and reality essentially have in common insofar as the logical order of the method of projection is essentially *preserved* in what is projected” (p. 100; meu grifo). Deste modo, McGinn faz uma releitura das passagens iniciais da obra, que, aparentemente, estariam comunicando teses metafísicas acerca de uma ordem a priori que a realidade possuiria independentemente de nossos meios de representá-la. Para McGinn, o que Wittgenstein está fazendo é simplesmente traçar a ordem lógica essencial de um sistema de representação que expressa proposições verdadeiras ou falsas: “What we come to see is that what Wittgenstein is doing in these remarks is not metaphysics but logic” (p. 137).

Tendo apresentado as ideias essenciais da leitura anti-metafísica que McGinn defende em seu livro, passo agora a fazer agora algumas observações acerca dos aspectos que considero positivos e também do que considero problemático em sua interpretação. A meu ver, McGinn tem êxito em sua tarefa de desenvolver essa linha interpretativa de uma maneira mais completa e detalhada do que outros de seus proponentes, ao procurar extrair todas as implicações dessa interpretação, e encontrar, de maneira convincente, suporte no texto de Wittgenstein. Passagens como 3.3-3.318 e 3.326-3.331 dão apoio textual à ideia central de sua leitura: a de que significado, no *Tractatus*, diz respeito ao *uso* de um nome em proposições com sentido, e não depende de supostas ligações externas com objetos, que ocorreriam fora de contextos proposicionais.

McGinn faz também uma interessante conexão entre esses aspectos de sua leitura e as passagens do *Tractatus* que tratam do solipsismo, nas quais Wittgenstein afirma que a verdade do solipsismo consiste no fato de que: “*Os limites de minha linguagem* significam os limites do meu mundo” (5.6). Segundo McGinn, isso confirmaria sua ideia central de que, no *Tractatus*, o mundo possui a forma que possui apenas na medida em que é representado na linguagem: “(...) the point of TLP 5.6 is that the world is simply what is described in the true propositions of my language, ‘that language which alone I understand” (p. 272). Passagens como 5.6, mais toda a discussão acerca do solipsismo, podem ser

tomadas como favoráveis à interpretação anti-metafísica, uma vez que parecem ir contra a ideia de que o *Tractatus* contenha teses acerca de uma realidade independente do sujeito que a representa.

É preciso, porém, mencionar alguns pontos em que o livro de McGinn deixa a desejar, embora, segundo penso, não acarretem uma dificuldade incontornável para seu argumento como um todo. Em primeiro lugar, apesar de, no primeiro capítulo, McGinn situar sua leitura entre duas interpretações extremas e opostas, à medida que o livro avança seus ataques passam a concentrar-se quase exclusivamente na leitura realista. Não se menciona quais são os argumentos específicos da leitura resoluto que ela considera inválidos, nem por que. Pode-se concluir, então, que ela parte do pressuposto de que era efetivamente a intenção de Wittgenstein apresentar descobertas positivas acerca do funcionamento da linguagem, e limita-se apenas a mostrar que essas descobertas não incluem teses metafísicas. A meu ver, é correto admitir, ao contrário da leitura resoluto, que os aforismos do *Tractatus* pretendem comunicar um conhecimento positivo acerca da lógica da nossa linguagem. Entretanto, ao apresentar sua interpretação como uma alternativa a duas outras leituras, esperar-se-ia que ela apresentasse argumentos específicos contra cada uma delas, o que efetivamente não é feito.

Outro ponto que seria preciso mencionar diz respeito à determinação do valor de verdade das proposições. Vimos que, apesar de recusar que objetos constituam um domínio independente da linguagem, McGinn não nega que o *Tractatus* aceite a existência de uma realidade independente que confere valor de verdade às proposições. Essa postura, a meu ver, é correta: o *Tractatus* parece defender uma teoria da verdade por correspondência, na qual o valor de verdade de uma proposição depende da existência ou inexistência de algo que está *fora* da linguagem. Isto é, ainda que se possa admitir que o sentido da proposição possa determinar-se *internamente* à linguagem, seu valor de verdade deve depender de um domínio externo e independente. Em uma leitura realista, isso pode ser entendido sem maiores dificuldades. Na medida em que objetos são concebidos como entidades externas e reais, eles estariam em posição de constituir esse domínio: proposições seriam verdadeiras ou falsas devido à existência ou

inexistência de algo absolutamente preciso, a saber, uma configuração possível desses objetos. Já na leitura de McGinn é mais difícil compreender de que maneira o valor de verdade se determinaria. Ele deve certamente depender de algo extralinguístico, mas nessa interpretação, como vimos, objetos não são entidades independentes da linguagem, já que se definem apenas pelas propriedades lógico-sintáticas do simbolismo. McGinn parece não enxergar uma grande dificuldade nisso, pois não se ocupa em demonstrar a possibilidade de uma articulação entre a linguagem, concebida como um domínio autônomo no que diz respeito à sua forma, e uma realidade independente que confere valor de verdade às proposições. Seria necessário mostrar que a recusa de um isomorfismo entre os dois domínios não torna absolutamente impossível uma comunicação entre eles. Isso, como foi dito, não é feito por McGinn em seu livro.

Não se deve pensar, porém, que essas dificuldades sejam de algum modo incontornáveis ou fatais para sua interpretação. Sem entrar na questão de se sua leitura é ou não correta ou definitiva, o livro de McGinn aborda de uma maneira detalhada todos os grandes temas do *Tractatus*, e captura alguns pontos que muitas vezes escapam a outros intérpretes. Trata-se, portanto, de uma grande contribuição à literatura secundária de Wittgenstein.